

A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NA ATUALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS, GO

THE PRESENT SITUATION OF RURAL SCHOOLS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR SCHOOLS IN THE CITY OF QUIRINÓPOLIS, GO

LUIZ PAULO DE FREITAS MARQUES

Graduando do 4º ano do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás-
Campus – Quirinópolis.
luizpaulosocial@live.com

JOSÉ NOVAIS DE JESUS

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos
Socioambientais (IESA). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) –
Campus - Quirinópolis.
novaisdejesus@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo debater a situação das escolas rurais e ao mesmo tempo refletir acerca das políticas públicas e a educação do campo. O projeto nasce da luta da organização dos movimentos sociais do campo reivindicando a democratização da terra, educação e cidadania. Nos últimos anos, diversos cursos de graduação e políticas públicas foram criados com o intuito de promover a consolidação da educação do campo. O produtivismo reforça cada vez mais de que o campo é visto só pelo viés economicista, o que tende a desarticular as práticas camponesas e ao mesmo tempo submeter os camponeses na lógica capitalista. Em função das profundas mudanças que ocorrem no espaço rural brasileiro, em especial no sudoeste goiano, é preciso uma análise mais atenta para compreender como essa dinâmica interfere na questão do ensino no campo. Por ser uma região com intensa atividade agroindustrial e marcada por grandes propriedades voltadas para produção de cana de açúcar, soja e criação de bovinos, elas impactam na diminuição das pequenas unidades camponesas e, com isso, também a migração da população rural para as cidades. No decorrer da construção deste artigo, foram feitos estudos e levantamentos bibliográficos referentes às questões atinentes à problemática das escolas no campo (os desafios da construção de uma escola vinculada à realidade) e também a utilização de literatura sobre as escolas rurais para entender as contradições que persistem no ensino no campo. O trabalho foi construído em teoria pertinente centrada em Arroyo (2004), Caldart (2004), Souza F. (2010) e Pessoa (2007).

Palavras-chave: Escolas rurais. Políticas públicas. Educação do campo. Agronegócio.

Abstract: This paper aims at discussing the situation of rural schools and at the same time reflecting on government policies and countryside education. The project derives from the struggle for the organization of social movements in the country, claiming the democratization of land, education and citizenship. In the past years, several undergraduate courses and government policies have been created so as to promote the consolidation of countryside education. Productivism reinforces more and more that the country is solely seen through an economy-based perspective, which tends to weaken peasant practices and at the same time have peasants subject to a capitalist system. Due to profound changes that have occurred in the Brazilian rural space, specially in the southwest of Goiás, it is imperative to carry out a careful analysis to understand how such dynamics interfere with the domain of countryside teaching. The region is marked with intense agribusiness activities and large farms devoted to the production of sugar cane, soybean and cattle, and they contribute to

diminishing peasant properties and having rural population migrate to cities. Throughout this paper, we have performed bibliographic researches regarding the issue of countryside schools (the challenges of building a school tied to reality) and we have also used literature on rural schools to understand the contradictions that remain in the countryside teaching. The paper relies on theories from Arroyo (2004), Caldart (2004), Souza F. (2010) e Pessoa (2007).

Keywords: Rural schools. Government Policies. Countryside Education. Agribusiness.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a problemática das escolas rurais na atualidade, mas também buscar refletir acerca dos avanços nas políticas públicas para a educação do campo, analisar os impactos do agronegócio e a desarticulação das práticas camponesas responsáveis pela migração campo-cidade.

Apesar da expansão do agronegócio, ainda existem 4 (quatro) escolas rurais no município de Quirinópolis, de modo que contribui significativamente para atender os educandos residentes no campo: atendem os alunos do Ensino Básico das séries iniciais e também do Ensino Médio.

Entre essas preocupações o campo está em debate, enquanto lugar de conflitos e disputas. No atual contexto, tem-se questionado a situação das populações que residem e trabalham no espaço rural ou as ditas comunidades tradicionais. O papel da educação é contribuir para compreender a problemática dessa nova reconfiguração territorial do agronegócio – por isso, o ensino precisa ser pensado a partir desta realidade com vistas a ajudar a comunidade local, refletir sobre seus problemas e buscar alternativas para a permanência na terra.

Se o ensino de modo geral enfrenta problemas nas escolas da cidade, a situação do ensino no campo mostra-se delicada frente à falta de infraestrutura; a necessidade de um calendário agrícola adaptado à realidade camponesa; conteúdos que não correspondem aos interesses dos alunos do campo; método de ensino que reforça a migração campo-cidade (não valorizando os aspectos socioculturais do homem do campo) e a falta de formação específica e continuada para os profissionais que atuam nas escolas do campo.

Para garantir os direitos dos povos do campo e ofertar ensino de qualidade, faz-se necessário desenvolver e preparar profissionais com formação específica para poder compreender tanto a realidade local quanto a diversidade das populações tradicionais. Existe a necessidade da elaboração de um projeto político-pedagógico que responda às necessidades e aos interesses dos camponeses.

Neste sentido, é premente a criação de um novo mecanismo, no qual as crianças e adolescentes não precisam deixar o campo para poder estudar. Esta é uma questão crucial para se repensar os programas governamentais que fazem o inverso: tiram os jovens do campo para estudarem nas escolas da cidade. Daí a necessidade de melhorar as escolas rurais e garantir o direito dos alunos de estudar na sua própria comunidade.

Esta discussão tem como objetivo possibilitar uma análise sobre a problemática pela qual passa as escolas rurais no município de Quirinópolis-GO, e com isso produzir elementos para contribuir na ampliação das políticas públicas e criar estratégias para a implementação de novos projetos.

Em primeiro lugar, será abordada a problemática das escolas no campo na atualidade porque no tocante a este assunto, alguns questionamentos são colocados em questão: Qual é o campo que queremos? Qual é a escola que temos? Que escola no campo que queremos? Que tipo de ensino está sendo ofertado nas escolas rurais? Na sequência, serão apresentadas as políticas públicas para as escolas no campo, porque se trata de um espaço totalmente carente de infraestrutura e de um projeto consistente e vinculado com os interesses dos camponeses. O próximo item discutirá os impactos da expansão do agronegócio nas escolas rurais, proporcionando a migração campo cidade.

O penúltimo item apresenta os desafios: repensar a função da escola no espaço rural a partir dos seus conflitos. O último item apresenta as possibilidades para as escolas do campo com a criação de diversos cursos de graduação e políticas públicas que foram criados nos últimos anos com o intuito de promover a consolidação da educação do campo.

A PROBLEMÁTICA DAS ESCOLAS NO CAMPO NA ATUALIDADE

A discussão referente à educação no Brasil tem promovido debates acalorados tanto nas esferas políticas, nos meios acadêmicos e na sociedade de modo geral. Entre essas preocupações, o campo está em debate, enquanto lugar de conflitos e disputas. No atual contexto, tem-se questionado a situação das populações que residem e trabalham no espaço rural ou as ditas comunidades tradicionais.

Pensar o campo é antes de tudo compreender a partir de um processo contraditório que nas últimas décadas ele vem passando por profundas transformações em função da intensificação do capitalismo agrário. A modernização do território tem provocado grandes transtornos, principalmente para as comunidades tradicionais, que, na maioria das vezes, são forçadas a saírem dos seus espaços de sobrevivência e de cultura.

Vale ressaltar que de acordo com os dados do IBGE-2010, 16% da população brasileira ainda vivem no campo, o que representa uma parcela significativa. Por isso, o tema será debatido para poder analisar a importância do fortalecimento das escolas no campo.

Em função da expansão do setor agroindustrial, especificamente na região do sudoeste goiano, é salutar estudar os impactos desse processo de desenvolvimento para as comunidades rurais e se essas atividades agrícolas têm impulsionado a migração dos camponeses para o espaço urbano. Cabe exigir que a efetivação de políticas públicas se tornasse prioridade para possibilitar novas alternativas para as pequenas unidades agrícolas. Como afirma Souza:

Educação do Campo: dever do Estado: colocar a Educação do Campo no plano dos direitos traz uma dimensão concomitante às propostas pedagógicas dos movimentos sociais: exigir o dever do Estado seu compromisso com políticas públicas específicas para o campo. (SOUZA, M., 2006, p. 13).

Atentar para o papel do Estado implica tomar consciência da necessidade de construir uma proposta pedagógica que venha atender as populações que moram no campo. Por isso, as políticas públicas desempenham um papel relevante para repensar o campo numa perspectiva de favorecer novas formas de atividades.

O campo brasileiro vive um dilema e passa por profundas transformações na atualidade. Isso promove impacto significativo na vida dos camponeses, forçando o abandono do campo, resultando no fechamento de muitas escolas rurais.

Esta problemática exige uma reflexão profunda no sentido de entender as contradições que estão postas em função da pressão dos novos agentes econômicos que vão ampliando o seu poder e desarticulando o modo de vida do camponês.

Diante deste cenário, existem organizações dos movimentos sociais do campo lutando e reivindicando terra, reforma agrária, educação e cidadania. Por isso, concebe o campo como o lugar de vida – e a escola desempenha um papel fundamental como instrumento de luta em todas as dimensões. Caldart (2000, p.47) ressalta que:

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser também um dever. Se quisermos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos nos preocupar em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações.

A construção de escola diferente vem ao encontro das reais necessidades para o homem do campo: uma escola que ajuda o sujeito a tomar consciência da sua própria realidade, criando mecanismos para superar os desafios que são encontrados no seu cotidiano. Deste ponto de vista, as discussões em torno das políticas públicas tornam-se necessárias.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ESCOLAS NO CAMPO

O debate acerca das políticas públicas direcionadas à educação para as populações do campo, de acordo com a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, há direitos assegurados à educação de qualidade desde a alfabetização até a conclusão do Ensino Médio, oferecendo meios que abordem e trabalhem de acordo com as tradições locais, não fazendo obrigatoriamente com que os alunos rurais tenham que se deslocar para a cidade. Segundo Souza,

O fechamento dessas escolas tem culminado também no transporte de alunos que moram no campo para as escolas situadas nas áreas urbanas dos municípios, outro fato que chama a atenção é que o número de alunos transportados do meio rural para o meio urbano pelo Estado (32.300) é maior que o número de alunos (13.479) que moram no meio rural e estudam em escolas estaduais localizadas no meio rural. Esses dados são preocupantes, pois os alunos passam a maior parte da sua vida em escolas que desconhecem a realidade deles e, assim acabam sem estímulos para freqüentarem as escolas. (SOUZA, F., 2010, p. 23).

O fechamento das escolas rurais, também está vinculado ao transporte de alunos do campo para as escolas da cidade. Tal escola não propicia aos estudantes uma compreensão da realidade porque não valoriza os aspectos culturais do homem do campo – pode-se dizer que as escolas desconhecem os interesses vitais desses alunos. Até mesmo instituições localizadas no campo, muitas vezes, não estão preparadas para receber seus alunos, não possuem infraestrutura adequada nem material pedagógico específico para atender aos anseios da população rural. Ainda segundo Souza C.,

Há uma preocupação em englobar uma realidade do educando que habita o campo. Por vezes destaca a agricultura, seja moderna ou tradicional, embora represente o campo como local de produção e não demonstra o camponês com o seu valor e sua cultura, há uma reflexão que, além de mostrar as paisagens rurais, se preocupa em falar do trabalho realizado no campo e o cotidiano do camponês. Assim verifica-se uma demonstração do campo não apenas como local de produção, mas também como um espaço de vida. (SOUZA, F., 2010, p. 117-118).

Assim, a população rural deve receber um ensino que discuta a sua realidade, suas tradições, mantendo a lógica de suas vivências, sem abrir mão de uma compreensão do todo. Neste contexto, segundo a revisão do decreto de 2002 (Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010):

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo,

e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

O Plano Nacional da Educação (PNE) exige ações conjuntas das três esferas de poder (União, Estados e Municípios) com a finalidade de oferecer educação e ensino de qualidade para as populações residentes no campo. As escolas do campo são aquelas que estão localizadas nas áreas rurais. O IBGE também define como escola do campo aquela situada na cidade, desde que atenda somente alunos oriundos do espaço rural. Como define o artigo 1º.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Para garantir os direitos das populações do campo e ofertar ensino de qualidade, é preciso formar e preparar profissionais que possam compreender a realidade local e a diversidade das populações do campo. Outrossim, criar as condições necessárias incluindo infraestrutura e projeto político-pedagógico que respondam à problemática e aos interesses dos povos do campo. Ainda de acordo com o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010), em seu Art. 2º, são princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Conforme o artigo 2º, a unidade escolar do campo deve trabalhar todos os aspectos socioculturais das populações camponesas, (tradições locais e suas peculiaridades). Por isso, é exigida dos profissionais uma qualificação adequada para poder responder às demandas e aos problemas típicos do campo. Mostra-se importante adequar o calendário agrícola em função da realização das atividades agrícolas para realizar o processo de alfabetização e profissionalização de jovens e adultos. Como afirma Brasil (2008):

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupados em uma mesma turma crianças de educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único, quando se fizer necessário a adoção de transporte escolar, deve ser considerado o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transportes das crianças do campo para o campo.

Vale ressaltar que os estudantes dos anos iniciais terão o direito de estudar nas próprias comunidades sem a necessidade de sair do campo para estudar nas escolas da cidade. Por isso, o transporte público exclusivo para atender aos alunos, transportando os de regiões mais distantes para as unidades escolares mais próximas. Deve-se também possibilitar espaço específico para cada turma, não agrupando nos mesmos espaços turmas de diferentes faixas de escolaridade. Já no que tange à formação do professor, o Art. 5º diz:

Art. 5º A formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 3º As instituições públicas de ensino superior deverão incorporar nos projetos político-pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempos da formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Nesse sentido, a formação de professores voltados para atuarem nas escolas do campo é de extrema importância, considerando que é uma realidade muito diferente. No entanto, vale lembrar que não se pode conceber os problemas do campo dissociados da cidade, uma vez que deve-se considerar que há uma reciprocidade – o que exige uma formação diferenciada.

As políticas e planos que existem, porém, não são executados, já que cada vez mais, os estudantes do campo são expulsos para as cidades. Mesmo estando em instituições no campo, não recebem educação adequada – por falta de planejamento pedagógico, recursos

didáticos, que não raro, são os mesmos utilizados na cidade, tendo professores, que não receberam formação para lidarem com essa situação. O que se presencia é que apesar de existirem normativas que regulamentam a adequação metodológica no ensino nas escolas rurais, elas ainda não são efetivadas como determina o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010).

Nas faculdades de licenciaturas, o debate sobre o ensino no campo ainda não se faz presente. Trazer questões referentes ao ensino no campo e o papel das escolas rurais significa demonstrar para os futuros docentes a necessidade de compreendê-lo a partir de suas particularidades, contradições e possibilidades. Da mesma forma, é válido pensar na formação dos licenciados para atuarem nos mais diversos ambientes culturais, dando conta de saber interpretar os aspectos locais.

Dentre os dilemas enfrentados pelos camponeses do município de Quirinópolis, encontra-se a expansão do agronegócio, com impactos diretos nas escolas rurais.

OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NAS ESCOLAS RURAIS

Dentre os grandes impactos proporcionados pela expansão do agronegócio – também trazendo consequências para as escolas no campo – pode-se citar a migração campo-cidade, ou seja, muitas famílias estão deixando suas terras, levando ao fechamento das escolas rurais.

Em função das profundas mudanças que ocorrem no campo brasileiro em especial no sudoeste goiano, faz-se relevante uma análise mais atenta para compreender como a expansão do agronegócio interfere na questão do ensino no campo – uma região com intensa atividade agroindustrial e marcada por grandes propriedades voltadas para produção de cana-de-açúcar, soja e criação de bovinos.

Essa atividade vem de certa forma redefinindo uma nova lógica no setor de produção e, por outro lado, provoca a diminuição das pequenas unidades camponesas no município. Com isso, também a perda da população rural. Para Pessoa (2007, p. 26):

O Brasil não fugiu a essa regra. As populações rurais sempre viveram sujeitas ao que era ditado pela grande fazenda, pelos engenhos, pelos funcionários da Coroa e do Império estabelecidos nas Vilas, e na República, pelos coronéis. Com o advento da modernização produtiva, em meados do século XX, a vida passou a girar em torno das indústrias, situadas nas principais regiões urbanas do País. As populações rurais subsistentes passaram a ser lembradas apenas como consumidores de insumos e de tecnologias caras, para a produção das mercadorias requeridas nas cidades. A escolarização obedeceu exatamente esse figurino: tudo é pensado a partir da cidade. E com isso a escola que chega ao meio rural é a mesma da cidade, em termos de conteúdo, mas muito pior em termos de preparação de professores, de instalações físicas e de concepção didático-pedagógica.

Conforme menciona o autor, as populações rurais sempre foram desprovidas de direitos. A escola não atendia aos seus interesses porque era uma escola pensada na cidade para o campo. Dessa forma, a modernização industrial impactou de maneira significativa, fortalecendo ainda mais essas relações, que aprofundam as desigualdades no espaço rural.

A intensificação da modernização do campo tinha como objetivo privilegiar as grandes propriedades em detrimento das pequenas unidades agrícolas. Segundo Arroyo (2004, p. 94):

Estariamos em um novo momento de redefinição de políticas públicas mais agressivas na educação diante do avanço da modernização do campo, diante, sobretudo da formação mais exigente de trabalhadores e técnicos para a expansão do agronegócio. Com a expansão das fronteiras agrícolas estaria chegando o tempo da expansão da demanda de maior escolarização e qualificação. Seria este sentido de recolocar a Educação do Campo e assumi-la como política pública?

Neste contexto, o autor atenta para a reflexão a partir da expansão do agronegócio e a necessidade de fortalecer as políticas públicas para atender esta complexidade pela qual vem passando o campo e a sociedade de modo geral.

A cadeia produtiva da cana vem promovendo a desarticulação da agricultura camponesa na região, tornando as áreas que eram ocupadas e destinadas à produção de alimentos ocupadas pela cana. Neste sentido, ocorre o esvaziamento do campo, principalmente a juventude que acaba buscando a cidade em busca de melhores oportunidades de renda.

Diante desse cenário, cabe perguntar qual é o futuro das escolas rurais do município de Quirinópolis? Apesar de ainda existirem quatro escolas no campo, sua manutenção é de fundamental importância para atender as famílias camponesas que residem no espaço rural. De acordo com Fernandes e Molina (2004, p.63):

Por essas razões é que afirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referencia é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida.

A visão do agronegócio de conceber o campo como espaço da produção, visando somente ao aspecto econômico despreza os saberes tradicionais das comunidades rurais. Desse modo, enfraquece as práticas da agricultura camponesa e um arcabouço secular de conhecimentos que foram transmitidos de geração para geração.

O papel da educação é contribuir para compreender a problemática dessa nova dinâmica. A educação precisa ser pensada a partir desta realidade e deve ajudar a comunidade

local a refletir sobre seus problemas e buscar alternativas para a permanência no campo. Sobre essa temática, Fernandes e Molina (2004, p. 67), assim se pronunciam:

Além de constituição de diversas pedagogias, também compõem o paradigmas os estudos de impactos sócio-territoriais dos projetos de desenvolvimento do campo, que compreendem o trabalho familiar como essencial para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

Pensar a educação como um instrumento de transformação social aliada aos projetos de desenvolvimento do campo visa a promover melhoria na qualidade de vida dos camponeses. A educação no espaço rural precisa ser repensada. Alguns questionamentos precisam ser respondidos, diante desta realidade que está posta.

Vale salientar a lógica do produtivismo reforça cada vez mais a ideia de que o campo não precisa de gente, mas tem que ficar disponível para as grandes plantações –percebe-se que a tendência desse modelo tende a desarticular as práticas camponesas e ao mesmo tempo submeter à subordinação da lógica capitalista.

DESAFIOS: REPENSAR A FUNÇÃO DA ESCOLA NO ESPAÇO RURAL A PARTIR DOS SEUS CONFLITOS

No atual cenário conjuntural que se apresentam os grandes dilemas relacionados à educação principalmente no espaço rural, cabe aqui levantar algumas questões que são pertinentes para compreender os desafios para consolidar as políticas públicas ligadas à educação do campo.

Repensar a função da educação no espaço rural, ou das escolas rurais, é de suma importância para analisar os problemas enfrentados pelos professores que lecionam nessas escolas. As dificuldades são diversas: as contradições do modelo de desenvolvimento do campo implicam as condições de vida dos camponeses ou das populações que vivem no campo.

As escolas no campo carecem de infraestrutura, ainda é possível perceber a falta de conteúdos vinculados à realidade do campo, porque até então se tem um modelo de educação pensado na cidade para ser transferido para as escolas rurais – além de professores sem a formação adequada. Como afirma Pessoa (2007, p.17):

Portanto, não há mais como pensar políticas públicas e governamentais para uma ou para outra realidade, isoladamente. Há um só processo de desenvolvimento-precário, contraditório e desigual, por sinal – que precisa ser assumido pelas políticas de educação, transporte, saúde e moradia as quais, por sua vez, só fazem sentido se

forem políticas conjugadas. Uma não alcança seus objetivos se não se fizer numa interface com as demais.

As políticas públicas precisam ser pensadas na sua amplitude, pois as demandas são variadas e incluem educação, saúde, transporte, moradia e, também, crédito agrícola para atender de maneira eficiente as populações que trabalham e residem no campo.

Nas últimas décadas, tem-se intensificado o debate sobre o rumo da educação do campo no Brasil, com a participação dos movimentos sociais e instituições de ensino. Todos imbuídos para a construção de um projeto que atenda a realidade camponesa. Segundo Caldart (2004, p. 19):

A educação do campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive à exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda. Em nosso debate isto tem sido referido como a principal oposição com a educação rural ou para o meio rural, que historicamente tem sido o nome dado às iniciativas do Estado de pensar a educação da população trabalhadora do campo, de modo a escamotear esta contradição e fazê-la de objeto e instrumento executor de políticas e de modelos de agricultura pensados em outros lugares, e para atender a outros interesses que não os seus como grupos sociais, classe e pessoas.

Não se pode mais imaginar uma educação deslocada das necessidades dos trabalhadores, mas uma escola que ajude na compreensão dos seus problemas e que promova transformação social frente aos dilemas da contradição pela qual passa o campo. Esses desafios precisam ser superados para então surgir uma escola nova, com um método novo, ou seja, de fato um ensino que possa atender as reivindicações e interesses dos camponeses.

Não se pode conceber que o maior índice de analfabetismo ainda permaneça no campo. A preocupação de fazer educação de qualidade para as populações das comunidades tradicionais é necessária para incluí-las no mundo contemporâneo e atentar para uma formação adequada à conjuntura atual: para a cidadania e para o trabalho. Para Souza,

Alem disso, ao pensarem e aplicarem métodos de ensino diferenciados dos métodos das escolas já situadas no campo e na cidade, os sem-terras já sinalizavam a necessidade de uma escola que não só estivesse no campo, mas que também fosse do campo. É a educação escolar no/do campo no Estado de Goiás, eleita como espaço de fortalecimento do campesinato e instrumento de luta contra o agronegócio. (SOUZA, F., 2010, p. 19).

Não basta apenas ter escolas no campo, é preciso que os procedimentos metodológicos e didáticos tornem o ensino concatenado com a problemática da realidade camponesa. A mudança de rumo na prática de ensino para as escolas do campo tem se tornado uma luta para que a escola seja no/do campo, de forma que as crianças e adolescentes não precisam deixar o campo para poder estudar.

Trata-se de uma questão crucial para se repensar os programas governamentais que fazem o inverso: tiram os jovens do campo para estudarem nas escolas da cidade. Daí a necessidade de melhorar a infraestrutura das escolas rurais e garantir o direito das crianças, adolescentes e adultos de estudar na sua própria comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas no campo nas últimas décadas trouxeram enormes consequências para os povos do campo, intensificação da migração, impactos socioambientais, ampliação dos conflitos por terra e disputas territoriais. Diante desses dilemas, muitas alternativas foram pensadas para contrapor as desigualdades sociais existentes no campo.

A concepção do novo campo que queremos, é que seja concebido como lugar de vida, de manifestações culturais, da produção agroecológica e camponesa e também como espaço de educação. A criação de novas políticas públicas também é viável para consolidar a permanência na terra.

A análise demonstra que as escolas rurais ainda vivem variados problemas que incluem a falta de infraestrutura; docentes sem formação específica para trabalhar com esta realidade; ausência de projeto político pedagógico condizente com a problemática camponesa, levando em consideração os aspectos socioculturais e as diversidades étnico-raciais.

Não se pode mais imaginar uma educação deslocada dos interesses dos trabalhadores do campo, mas uma escola que ajude na compreensão dos seus problemas e que promova transformação social frente à contradição pela qual passa o campo. Esses desafios precisam ser superados para, então, surgir uma escola nova, com um método novo, ou seja, de fato o ensino que possa atender as reivindicações e interesses dos camponeses.

Os principais dilemas contraditórios que permanecem nas escolas rurais, ainda são conteúdos desvinculados da realidade camponesa: o ensino reforça a saída dos jovens do campo e as práticas pedagógicas não valorizam os aspectos socioculturais dos povos do campo. O campo serve apenas como localização geográfica, pois toda a programação dos conteúdos é pensada a partir da realidade urbana e transportados para o espaço rural.

Outra questão pertinente é a falta de professores sem formação específica para atuarem nas escolas rurais, pois a problemática que vive o campo na atual conjuntura exige um esforço de análise para poder interpretar e compreender as contradições existentes nos espaços agrário goiano e brasileiro. Por isso, os professores devem ter uma visão crítica no

sentido de contribuir para uma formação consciente, capaz de levar os alunos a promover a transformação da sua própria realidade.

Repensar o espaço rural implica também pensar um outro projeto de educação no/do/para o campo. A educação para os camponeses só tem sentido se estiver ligada à sua cultura, dar respostas para os problemas cotidiano, ajudar a refletir e entender o mundo a partir da leitura do seu lugar. Portanto, deve haver preocupação no que se refere à construção de novas práticas pedagógicas e metodológicas para melhorar o ensino nas escolas do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Castagna Molina; JESUS, Sonia M. Santos Azevedo. (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação do campo, 2004. p. 91-130.

BRASIL. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 4 dez. 2014.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: _____; CÉSAR, Benjamin. (Org.). **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do Campo, 2000. p. 39 - 95.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castanga. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Castagna Molina; JESUS, Sonia M. Santos Azevedo. (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004. p.53-89.

PESSOA, Jadir Moraes de. (Org.). **Educação e ruralidades**. Goiânia: Ed. UFG, 2007. p. 229.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p.135.

SOUZA, Clara Lúcia Francisca de. Olhares sobre o ensino de Geografia no campo do município de Inhumas – GO. In: SOUZA, Francilane Eulália de. (Org.). **Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do estado de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2010. p.105 -132.

SOUZA, Francilane Eulália. O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no Estado de Goiás. In: _____. (Org.). **Geografia e educação do campo:** para que e para quem serve a educação no campo do estado de Goiás. Goiânia: Vieira, 2010. p.11-32.